

Litoral Paulista **rejeita proposta de ACT**, aprova contraproposta da FNP e defende greve se não houver avanço nas negociações

A proposta rebaixada de acordo coletivo, apresentada pela Petrobrás, foi rejeitada por ampla maioria dos petroleiros do Litoral Paulista, no dia 23 de agosto, durante as assembleias que aconteceram ao longo do dia nas bases operacionais (RPBC, UTE-EZR, Alemoa, UTGCA, Pilões e Tebar), aeroporto de Jacarepaguá, plataformas e na sede e subsele do Sindipetro-LP. No total foram contabilizados 545 votos.

Com isso, a categoria se prepara para enfrentar os últimos dias de abrangência da nossa data base, esperando a boa fé da empresa em estender as negociações para além de 31 de agosto. Apesar de contar com isso, a FNP já está preparando pedido de prorrogação do ACT.

Além de rejeitar a proposta da Petrobrás (92% reprovaram), a categoria votou e disse “sim” a outras três pautas: a contraproposta elaborada pela FNP também foi aprovada por 92% dos presentes; 96% “levantaram a mão” para o ajuizamento de mediação, caso não avancemos nas negociações; e aprovação da greve, em caso de rejeição da proposta e decretado o fim das negociações pela empresa foi referendada por 82% dos presentes, sendo que 11% se abstiveram de votar e 7% rejeitaram a proposta feita pelo Sindicato.

A última proposta, conforme anunciaram os gestores da empresa, só foi encaminhada após muita pressão

da categoria, e diferente das duas primeiras, sendo a primeira a ter de fato algo para se avaliar. Porém, a categoria está esolada e percebeu o retrocesso contido no ACT, como exclusão da cláusula que impede demissões sem justa causa, que se fosse aprovada permitiria demissões em massa, abrindo mais o caminho para a privatização. A empresa também nega aumento real para a categoria e não incluiu na proposta regramentos para o teletrabalho.

Vale destacar que o Sindipetro-LP concluiu a votação do ACT em todas as unidades de abrangência, embora a FNP tenha estipulado o dia 30 de agosto como data limite para realização do pleito por todos os sindicatos filiados. Sendo assim, somos a primeira base petroleira a rejeitar todas as atrocidades oferecidas pela gestão bolsonarista da empresa.

Os petroleiros e petroleiras ativos, aposentados e pensionistas, presentes nas assembleias que ocorreram durante todo o dia, consideram que agora foi realmente dado o “pontapé inicial” nas tratativas do acordo coletivo da categoria e que a partir disso, todos vão “arregaçar as mangas” e lutar para manter e reconquistar direitos e buscar novas conquistas.

O histórico de lutas do Litoral Paulista demonstrou que sempre podemos mais!

É hora de reconquistar direitos!



CONFIRA A CONTRAPROPOSTA DA FNP APROVADA EM ASSEMBLEIA

- Custeio da AMS em 70x30; margem consignável de 13%, fim do reajuste pelo VCMH em março e fim da 13ª contribuição e impedimento da cobrança por boleto;
- Reajuste salarial de 12% para compensar perdas inflacionárias dos últimos anos e reajuste real nas tabelas salariais;
- Manutenção da cláusula e/ou parágrafo de estabilidade no emprego para Petrobrás e subsidiárias;
- Manutenção do adicional da Mestra Nacional do CNCL e negociação de novo adicional de oleodutos (extramuros e intramuros);
- Garantia para os embarcados, em todo o país, dos itens previstos até então somente para a Bacia de Campos e Espírito Santo, em nome da isonomia e da necessidade específica deste regime especial, do auxílio deslocamento, dia do desembarque e turno da manutenção;
- Exclusão da cláusula referente ao trabalho de turno com relação trabalho/folga 1x1;
- Regramento do Teletrabalho, a serem negociadas as cláusulas já encaminhadas à companhia, especialmente no que toca às condições de trabalho e à sua escala;
- Abono das horas de fim de ano e quarta-feira de cinzas;
- Pagamento do Adicional de Permanência no Estado do Amazonas e adicional de campo terrestre para todos que fazem jus;
- Manutenção da cláusula da Contribuição Assistencial nos moldes do atual ACT.

Gestão do Ativo Tupi cancela desembarque dos trabalhadores gerando revolta e prejuízos financeiros

A “lei do cão” parece que se instalou em definitivo nas plataformas da UN-BS. A gerência do Ativo Tupi não preza pelos funcionários e segue a cartilha do atual gestor do Polo que recebe o apelido de “capeta” de tanta maldade que tem feito.

Na P-67 a situação está bem crítica. Pela terceira vez consecutiva o voo de desembarque foi transferido sem a menor explicação. Na noite do dia 22 os trabalhadores da produção e embarcação ficaram sabendo da mudança e fizeram um protesto a bordo. Os petroleiros não foram para a área trabalhar e reivindicaram a presença do Geplat na sala de controle. Eles exigiram que o gestor tomasse providência para minimizar os impactos dessa nova “moda” instalada na unidade offshore. Muitos estão perdendo valores das passagens aéreas de volta para casa já que moram em outros estados e pagam do próprio bolso o transporte. O clima está tão ruim e tenso que nin-

guém está querendo embarcar e graças a isso, tem dois trabalhadores afastados com problemas psicológicos.

A chefia dizer que tem que comparecer e desembarcar na base não está dando certo para quem trabalha embarcado. O RH da UN-BS tem que arcar com o transporte dos trabalhadores para casa depois de uma escala de trabalho em alto-mar já que a atividade que exercem gera grande parte dos altos lucros da empresa.

Os voos de Jacarepaguá para as plataformas são fretados e planejados. No local não existem voos comerciais. O entendimento dos embarcados é que existe um cronograma que deve ser cumprido e que só deve ser alterado em função de mau tempo ou alguma eventualidade e que caso, seja feita alguma alteração na escala, a empresa pague a passagem aérea até o domicílio do trabalhador.

Diante de tantos problemas,

os embarcados devem acionar a justiça para pleitear o pagamento. Para isso, basta apresentar no Departamento Jurídico do Sindicato todo o histórico de e-mail da empresa aérea e os vouchers dos voos perdidos. Dessa forma, “doendo no bolso”, a gestão da UN-BS vai mudar a postura. O que vem ocorrendo até agora é que os chefetes fazem o que querem e desdenham da força de trabalho, achando que pode decidir a vida de todos. Esse tipo de conduta vem produzindo não apenas prejuízos financeiros, mas também problemas de saúde mental que não há dinheiro que reverta a situação. Não é a toa que representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) irão embarcar na P-67 para ver a situação da unidade e da força de trabalho. A culpa de tudo isso é dos gestores que não deixam ninguém trabalhar sem o mínimo de segurança.

Assembleia e veto

O cancelamento e alteração

de voos não é um problema que ocorre apenas na P-67. Esse fato não segue isolado e se estende a todas as unidades offshore abrangidas pelo Sindipetro-LP. Na última semana a gestão da empresa e da UN-BS utilizou desse “artifício” para tentar coibir o acesso dos trabalhadores na assembleia que deliberou sobre o ACT. Isso se tornou rotina. A cada novo pleito as chefias tentam de todas as formas barrarem esse direito dos trabalhadores. Além de mudar as escalas de voo, a gestão ordenou o desembarque de trabalhadores que dão sempre apoio ao Sindicato e priorizou a escala de terceirizados para que ninguém conversasse com os dirigentes do Sindipetro-LP.

A situação chega a ser bizarra e só demonstra que os petroleiros “amedrontaram” a chefia da UN-BS e da empresa. A velha máxima “quem não deve, não teme” deveria se aplicar nessa situação, mas a prática já demonstrou que essa não é a realidade.

Petroleiros da P-70 fazem mobilização contra falta de comida e água, além de pagamento de passagens aéreas

No dia 19 de agosto os petroleiros da P-70, que exaustos dos ataques da gestão bolsionista da Petrobrás, resolveram cruzar os braços para demonstrar sua insatisfação a bordo. Reunidos no auditório, com comparecimento expressivo dos trabalhadores, reivindicaram ao Geplat e coordenadores da ocasião, uma satisfação e um tratamento as demandas da escassez de alimentos e água, além de paga-

mento dos prejuízos oriundos das passagens aéreas perdidas dos trabalhadores, por conta da má gestão e da prioridade da produção em detrimento da Saúde e Segurança dos trabalhadores.

O Sindipetro-LP, representante legítimo destes trabalhadores, que mesmo contra a vontade da gestão, que nega a representatividade desta entidade e tenta de todas as formas, impedir a atuação e

inviabilizar o movimento legítimo dos trabalhadores, prontamente entrou em ação, para subsidiar os trabalhadores a bordo e proteger os direitos e interesses destes. O engajamento e luta dos trabalhadores é imprescindível, para darmos um basta na opressão e desrespeito com a categoria. Chega de gestor incompetente, que se ajoelha para ordens esdrúxulas e satisfaz sua sanha opressora, as custas dos trabalhadores.

O Sindicato está acompanhando a situação e já comunicou a empresa que qualquer tipo de retaliação contra os trabalhadores que participaram da mobilização na P-70 será respondida com denúncia aos órgãos competentes e com mais mobilização. Que a P-70 sirva de exemplo de luta e resistência a todas as outras plataformas, pois só assim combatemos a gestão covarde e opressora da BS.

SIGA NAS REDES!

